

Panorama sobre escola pública como patrimônio imaterial

Overview about public school as immaterial patrimony

Diogo de Assis Moreira*

diogomoreira@egresso.ufg.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5316-8507>

RESUMO: Este artigo propõe um panorama abrangente sobre a escola pública como patrimônio imaterial, destacando a importância de atribuir valor e reconhecimento a esse espaço educacional em um contexto global marcado por processos ideológicos e hegemônicos da chamada "globalização da perversidade" (SANTOS, 2001). Através de uma análise crítica, o artigo examina o papel fundamental desempenhado pelas escolas públicas na formação de cidadãos conscientes e na promoção da igualdade de oportunidades. Além disso, explora como a escola pública, como patrimônio imaterial, é um símbolo cultural que reflete a identidade de uma sociedade e sua história. O artigo também destaca os desafios enfrentados pela escola pública diante das pressões globais, como a mercantilização da educação e a influência das políticas neoliberais. Por fim, são apresentadas propostas para valorizar e proteger a escola pública como patrimônio imaterial, promovendo uma compreensão mais ampla e uma interpretação renovada desse espaço educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Escola pública, Heranças culturais, Patrimônio imaterial, Globalização.

ABSTRACT: This article proposes a comprehensive overview of public schools as intangible heritage, emphasizing the importance of assigning value and recognition to this educational space in a global context marked by ideological and hegemonic processes of the so-called "globalization of perversity" (SANTOS, 2001). Through a critical analysis, the article examines the fundamental role played by public schools in shaping conscious citizens and promoting equal opportunities. Additionally, it explores how public schools, as intangible heritage, serve as cultural symbols that reflect the identity and history of a society. The article also highlights the challenges faced by public schools in the face of global pressures, such as the commodification of education and the influence of neoliberal policies. Finally, proposals are presented to valorize and protect public schools as intangible heritage, promoting a broader understanding and renewed interpretation of this educational space.

KEYWORDS: Education. Public school, Cultural heritage, Immaterial patrimony, Globalization.

1. Introdução

* Graduado em Pedagogia, licenciatura, habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal de Goiás (2021); Graduado em Letras - Português/Inglês pela Faculdade Campos Elíseos (2022); Pós Graduado em Coordenação Pedagógica pela Faculdade Campos Elíseos - SP (2022); Pós Graduado em Gestão Escolar Aplicada em Administração e Inspeção pela FaculdadePlay - SP (2022); Cursando Pós Graduação em Psicopedagogia pela FaculdadePlay - SP. Atualmente é professor de apoio pedagógico - Colégio Estadual Professor Salvador Santos. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras.

A escola pública pode desempenhar um papel central na construção de uma sociedade justa e igualitária, fornecendo educação de qualidade a todos os cidadãos, independentemente de sua origem socioeconômica. Além disso, a escola pública vai além de ser apenas um espaço de aprendizado, podendo ser concebida como um patrimônio imaterial que reflete a identidade cultural e histórica de uma comunidade. Ela é um lugar de memória, afetividade, cultura, política e social, além de ser um espaço de conhecimento, discussão e reflexão da realidade. Embora sozinha não transforme a sociedade, ela contribui para o desenvolvimento e transformação dela (FREIRE, 2000).

Esse tema nasceu da inquietação causada pelo destino das escolas públicas brasileiras, tendo em vista os vários ataques a essa instituição por parte de um agente exterior, a globalização, que é apresentada como uma "fábula" ou utopia do que poderia ser um bem para a humanidade. No entanto, na realidade, existe uma distopia. Segundo Santos (2001), o sistema global é perverso e opressor, influenciando hegemonicamente o Estado e colocando-o como submisso aos mandamentos "ofertados" pelos idealizadores da globalização (MOREIRA, 2021).

Em um mundo cada vez mais influenciado por processos ideológicos e hegemônicos da chamada "globalização da perversidade" (SANTOS, 2001), a escola pública enfrenta desafios em relação à sua valorização e reconhecimento adequados. A globalização, em sua busca por lucro e competitividade, muitas vezes coloca em segundo plano os valores sociais e humanos que são fundamentais para a escola pública.

Nesse contexto, surge a necessidade de compreender e interpretar a escola pública como patrimônio imaterial, reconhecendo sua importância cultural e histórica. Através de uma análise crítica, este artigo busca explorar o papel fundamental desempenhado pelas escolas públicas na formação de cidadãos conscientes e na promoção da igualdade de oportunidades.

Além disso, o artigo examina os desafios enfrentados pela escola pública no atual cenário global, como a mercantilização da educação e a influência das políticas neoliberais. Esses desafios ameaçam a autonomia e a qualidade do ensino público, tornando ainda mais crucial a busca por estratégias que valorizem e protejam a escola pública como patrimônio imaterial.

O cerne deste artigo é a ideia do reconhecimento e caracterização da escola pública como patrimônio imaterial, destacando fatores fundamentais que apontam este espaço como

alvo de reconhecimento e preservação. No entanto, é importante ressaltar a complexidade desse tema, pois a trajetória de reconhecimento da importância das escolas públicas para a sociedade não é simples e muitas vezes existem visões reducionistas desse espaço (MOREIRA, 2021, p. 16).

Por fim, o artigo apresenta propostas para fortalecer a valorização e a proteção da escola pública como patrimônio imaterial, visando uma compreensão mais ampla e uma interpretação renovada desse espaço educacional. Ao fazê-lo, espera-se contribuir para a preservação desse patrimônio cultural e para a promoção de uma educação pública de qualidade para todos os cidadãos.

2. a escola pública como patrimônio imaterial

À produção do estudo sobre o aceite da escola pública como patrimônio imaterial, cabe, em primeiro lugar, conceitualizar as bases gerais sobre os patrimônios culturais, dando destaque aos de natureza imaterial.

De acordo com Arantes (2010), é intrínseco nas relações sociais a interação com uma vasta criação tangível e intelectual, ou seja, material e imaterial. Em outras palavras, pode-se interpretar que a cultura abrange várias especificidades “da engenhosidade humana, como, por exemplo, as tecnologias, os conhecimentos, as tradições, os costumes, a arquitetura, a religião, as expressões artísticas, dentre outras características” (MOREIRA, 2021, p. 17). Por conseguinte, estudar e compreender a complexidade dos patrimônios significa abordar a diversidade daquilo que constrói a identidade humana.

Em síntese, patrimônios possuem sentido social de representações entre sujeito e meio, e a construção de identidades que abarcam as singularidades pelas quais as pessoas pertencentes a diversas culturas se aproximam ou se divergem (ARANTES, 2010). Porquanto, se correlacionam entre si, em um movimento complexo e conflituoso nos modos de criação da história social e do patrimônio cultural (ARANTES, 2010). Nesse movimento, chamado pelo autor de “ambivalência” conflituosa, onde, apesar do paradoxo das relações, existe a coexistência, e a possibilidade de colaboração mesmo em meio a diferença.

Os patrimônios podem ser evidenciados de forma material e imaterial. No foco deste artigo, os patrimônios imateriais são todas as formas de representação dos diversos grupos sociais, incluindo conhecimentos, práticas, modos de vida, expressões e lugares que podem ser registrados como bens intangíveis.

A principal característica a ser ressaltada é a herança simbólica, de modo geral, essa conceitualização pode ser esclarecida pelo autor Franco (2015, p. 164), que a noção de patrimônio é alusiva com “[...] aquilo que é transmitido como herança [...]”. Um movimento social, em outras palavras, possui a possibilidade de transmissão, que se estabelece de geração a geração, e conforme (MOREIRA, 2021, p. 19), “[...] cada uma delas traz contribuições a ele, preservando a reminiscência coletiva e criando um sentimento de identidade, de pertencimento a um grupo, ou seja, uma ideia de continuidade.” Para corroborar com exposto, Arantes (2010), pontuou que o patrimônio imaterial é uma referência de marco além dos “monumentos edificadas ou naturais”, que leva ou possibilita a integração das pessoas a sentir-se pertencentes a tudo o que compõem a identidade nacional.

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é responsável pelo reconhecimento, preservação, orientação, fiscalização e divulgação do patrimônio material e imaterial. No que diz respeito aos patrimônios imateriais, segundo o IPHAN (2006), são considerados tudo o que remete à memória coletiva, aos conhecimentos acumulados e desenvolvidos pela sociedade, às diversas formas de expressão, como linguagem, narrativas, literatura, música, artes em geral, jogos, brincadeiras, fotografias, postais, celebrações, festas, rituais, e aos lugares, como praças e santuários, entre outros exemplos.

Também há respaldo na Constituição de 1988, que reconheceu efetivamente, através do Estado, os bens imateriais, definidos no artigo 216:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas [...] ecológico e científico (CF. de 1988, in: IPHAN, 2006, p. 20).

Em relação mais específica à escola e ao patrimônio imaterial, é importante destacar que existem desafios de ordem filosófica, histórica, política e social que requerem estudos comprometidos para uma análise profunda e intervenções significativas. Não é um caminho fácil superar as barreiras estabelecidas nos órgãos responsáveis pelo reconhecimento e preservação do patrimônio material e imaterial.

Embora os diálogos sobre patrimônios imateriais no Brasil possam ser considerados recentes, ao longo das décadas, as noções de patrimônios imateriais têm se ampliado e, em certa medida, democratizado. No entanto, ainda existem deficiências e falta de possibilidades de

atuação mais eficientes voltadas para o reconhecimento, valorização e proteção dos patrimônios imateriais.

Por consequência, esse cenário mostra que há grandes obstáculos para serem vencidos, para alcançar “[...] o reconhecimento das escolas públicas não só como um espaço transformador, mas sim, como lugar de memória, por conseguinte, um patrimônio intelectual, logo, de natureza imaterial, que deve ser respeitada e preservada.” (MOREIRA, 2021, p. 26).

O primeiro passo rumo ao reconhecimento e preservação do patrimônio imaterial, de acordo com Arantes (2010), é a ampliação das noções dos bens a serem preservados, considerando o patrimônio como algo que possui faculdades transformadoras. O autor escreveu que:

[...] simples de ampliar o universo de bens culturais protegidos possui um importante potencial transformador que afeta as práticas institucionais como um todo. [...] Trata-se, antes, de estimular a crítica dos seus fundamentos ideológicos, de reformular sua missão e construir os meios técnicos e políticos adequados ao seu cumprimento. Aliás, como tenho defendido em várias instâncias, a criação de instrumentos para a salvaguarda do patrimônio imaterial criou a possibilidade de se caminhar em direção à esperada síntese integradora que permite restituir aos objetos materiais (tomados em suas várias dimensões tangíveis) os conhecimentos que estão, neles, consubstanciados e as práticas sociais que lhes dão sentido. (ARANTES, 2010, p. 63).

Nessa perspectiva, qual é o papel da escola se não o de transformar, contribuir para a disseminação de conhecimento produzido ao longo das eras, dar oportunidades para os sujeitos se constituírem individual e coletivamente, suscitar autonomia, criatividade e criticidade?

A escola pública, por sua vez, pode ser considerada como um componente importante do patrimônio imaterial de uma comunidade. Ela é um espaço educacional que desempenha um papel fundamental na transmissão de conhecimentos, valores, tradições e práticas sociais ao longo do tempo. Através da educação oferecida pela escola pública, as gerações são preparadas e formadas, possibilitando a continuidade e a preservação do conhecimento coletivo de uma sociedade.

A escola, como patrimônio imaterial, reflete a identidade cultural e histórica de uma comunidade. É um espaço onde se desenvolvem práticas educacionais específicas, onde ocorrem interações sociais, onde são transmitidas tradições e onde se constroem valores e memórias coletivas. Através do ensino, da aprendizagem e da vivência cotidiana na escola

pública, os indivíduos constroem sua identidade cultural e se conectam com a história e a cultura de seu grupo social.

Assim, a relação entre a escola pública e o patrimônio imaterial é estreita, uma vez que a escola pública é um espaço que preserva, transmite e renova conhecimentos, práticas e valores que são considerados fundamentais para a identidade cultural de uma comunidade. Valorizar e reconhecer a escola pública como patrimônio imaterial significa reconhecer seu papel como um elemento vital na construção e preservação da cultura e da identidade de uma sociedade.

A escola pública, pelo menos teoricamente, representa o arquétipo da educação pública e do espaço formal que a proporciona. No entanto, essa concepção não é uma invenção recente. Na verdade, a ideia de uma escola pública direcionada a todos remonta ao início da Revolução Francesa, no século XVIII. Esse movimento visava a quebrar a organização de uma sociedade baseada em privilégios garantidos por linhagens, heranças ou favorecimentos monárquicos e/ou religiosos. O objetivo era proporcionar a cada indivíduo uma posição social mais justa por meio da escola (TEIXEIRA, 2007).

Nesse sentido, a escola pública pode ser considerada no âmbito da preservação imaterial, devido à sua importância como memória e às possibilidades de transformação da realidade social, desde que as políticas estatais a reconheçam como tal. Portanto, conforme apontado nos estudos mencionados, é necessário ampliar o campo de preservação de bens imateriais com "potencial transformador" para que esse reconhecimento ultrapasse o âmbito acadêmico e se torne uma realidade.

3. desafios enfrentados pela escola pública

Após expor noções introdutórias sobre patrimônio imaterial e sua relação com a escola pública, este tópico tem como objetivo analisar e construir um entendimento sobre os efeitos da globalização e seus processos de ambivalência (MOREIRA, 2021). Em suma, a globalização é um conjunto de interesses que resultam em um jogo de forças ideológicas, criando um campo de alienação nas escolas, especialmente as públicas, conforme as concepções de fábula e perversidade desenvolvidas por Santos (2001) em seus escritos sobre um mundo globalizado.

Portanto, o propósito aqui é suscitar reflexões e apresentar debates teóricos sobre como o mundo globalizado se articula e se manifesta de forma intensa no ambiente escolar. Como resultado, fica evidente ao longo desta seção que esse sistema reforça as contradições existentes no contexto escolar que, “[...] pode ser uma instituição como espaço do saber, da cultura e da

emancipação, ou, como na maioria das vezes, pende para o caso de ser apenas um mero disseminador de políticas homogeneizantes.” (MOREIRA, 2021, p. 28).

Sobre a globalização, Santos (2001) advertiu ser imprescindível haver um relevante conhecimento deste fenômeno “mundialmente unificado”. O autor descreveu a globalização em seu “estado puro e real” como algo perverso e desfavorável para as camadas populares da sociedade. Pois, essa estrutura se articula no “[...] empobrecimento das ciências humanas [...]” (SANTOS, 2001, p. 24). Nesse cenário, o ensino, logo, as escolas, estão a préstimos de um opressor sistema capitalista ideológico que, “[...] não aceitam discussão e exigem obediência imediata [...]” (SANTOS, 2001, p. 23). Conseqüentemente, as escolas públicas são degradadas e reduzidas a instituições de manipulação e não de emancipação.

Na perspectiva de Moreira (2021), a globalização idealizada pelos agentes do capitalismo, possui em seu núcleo “uma essência deformante” social. Que na concepção de Santos, seria o equivalente à globalização em seu estado real (perverso). Ou seja, trata-se de uma fábrica de deformidades da realidade, na qual as perversidades são disfarçadas em personagens utópicos e os fatos são reescritos. Supostamente atuando com base na solidariedade e por meio de “progressos técnicos”, com a pretensão de beneficiar a humanidade.

No entanto, é uma sátira de mau gosto, uma vez que esse sistema não se baseia em lógicas humanizadas e éticas, mas sim na contradição e no egoísmo, cujo objetivo central é alienar, confundir e oprimir. Nesse panorama *auctori incumbit onus probandi* (ao autor cabe o trabalho de provar) que:

É irônico recordar que o progresso técnico aparecia, desde os séculos anteriores, como uma condição para realizar essa sonhada globalização com a mais completa humanização da vida no planeta. Finalmente, quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade. [...]. A globalização mata a noção de solidariedade [...]. (SANTOS, 2001, p. 32).

Santos assinalou os problemas relacionados à globalização em sua forma perversa, resultantes de um desenvolvimento díspar no qual um lado é excluído. Aos pobres e à classe média, a maior parte asfixiada por esse sistema, é negado o acesso a bens mínimos devido a uma configuração de produção predatória que gradativamente diminui o acesso, agravando ainda mais os índices de marginalização e pobreza.

Esse sistema predatório é impulsionado unicamente pela busca de grandes lucros e pelo acúmulo exacerbado de bens por parte de poucos, enquanto muitos lutam pelas sobras, em

uma divisão injusta. Esse cenário se assemelha à extinção das ações generosas, à falta de percepção do outro e, mais especificamente, à desvalorização do público em detrimento do privado, ou seja, às privatizações. Percebe-se que grande parte dos indivíduos está fadada à escassez, privada de uma escola pública que ofereça educação de qualidade.

Moreira (2021) fez uma representação gráfica de como a globalização se articula em seu estado puro, ou seja, a globalização nesse estado remete aos seus fatores constitutivos, caracterizados por seu caráter perverso de um “[...] sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo.” (SANTOS, 2001, p. 19).

Essa representação ilustrou como a globalização se manifesta na vida social coletiva e individual em seu “estado puro” ou “perverso”, manipulado e fabulizado. Trata-se de uma globalização que, para a maioria dos indivíduos, manipula vários aspectos da existência (SANTOS, 2001).

Como já mencionado, é extremamente importante entender as consequências dessa máquina perversa em que o *statu quo* é ditado pela competitividade, e não pela ética e moral (MOREIRA, 2021, p. 28). Dessa forma, compreender verdadeiramente as ações globalizantes que são apresentadas às massas como uma realidade necessária e inescapável, mas que na verdade são manipuladas, é o primeiro passo para se libertar dessa situação de alienação. Conforme observado por Santos (2001), essa situação opressiva e injusta vivida quase que globalmente pode ser estudada e compreendida. Portanto, se há entendimento sobre esse fenômeno, também há a possibilidade de limitar e até substituir a globalização em seu estado perverso por um sistema baseado em valores mais humanizados, solidários e éticos, ou seja, por "outra globalização".

Aqueles que estão por trás dos processos globalizantes sabem que construir uma realidade manipulada, com o intuito de alienação, é vital para garantir a sobrevivência de sua estrutura. Nessa lógica, a escola deve ser controlada, manipulada, hegemônica, mercantilizada e, no caso de resistência, silenciada.

Esse é o elo entre a escola e a globalização, como evidenciado por Moreira (2021), onde ambos os lados enfrentam uma problemática decorrente de seus papéis opostos. Para que haja resistência e combate, é necessário conhecimento, e os agentes da globalização

compreendem que, para que as pessoas atinjam um estado de conhecimento e reflexão, ou seja, se tornem sujeitos criativos e autônomos, é necessário um ambiente escolar que seja contrário à ideia de uma instituição impulsionadora de representações hegemônicas.

Nesse sentido, a escola pode desempenhar um papel dual. Ela pode ser um molde para a formação de sujeitos preparados, criativos e autônomos, ou pode contribuir para a massificação, alienação, domesticação e subordinação dos indivíduos, em termos sociais, políticos e econômicos. Para o sistema capitalista, é interessante domesticar nas escolas, treinar os sujeitos para a mera execução de tarefas técnicas, apenas para o mercado de trabalho, em vez de promover a emancipação, assim preservando a estrutura e evitando objeções.

É importante ressaltar que esse controle ocorre por meio da mercantilização da educação e da lógica neoliberal, que têm impactos significativos na escola pública, afetando sua autonomia e qualidade. Essas pressões externas têm se tornado cada vez mais evidentes em muitos sistemas educacionais ao redor do mundo. A seguir, discutiremos alguns dos principais impactos desses fenômenos na escola pública:

1. **Comercialização da Educação:** A mercantilização da educação ocorre quando os princípios do mercado são aplicados à educação, transformando-a em uma mercadoria sujeita a lógicas de lucro e competição. Isso resulta na introdução de práticas e políticas voltadas para o aumento da eficiência, produtividade e rentabilidade econômica em detrimento dos objetivos educacionais e das necessidades dos alunos. A escola pública passa a ser tratada como uma prestadora de serviços, e os indicadores de desempenho, como rankings e resultados padronizados, ganham importância desproporcional em relação à qualidade real da educação.
2. **Privatização e Parcerias Público-Privadas:** A lógica neoliberal favorece a privatização da educação, incentivando o aumento da participação do setor privado na gestão e financiamento das escolas. Isso pode levar à criação de parcerias público-privadas, onde empresas e organizações privadas passam a ter um papel significativo na oferta de serviços educacionais. A privatização e as parcerias público-privadas podem comprometer a autonomia e o controle público sobre a educação, além de criar desigualdades no acesso e na qualidade do ensino.
3. **Redução do Financiamento Público:** As políticas neoliberais muitas vezes resultam em cortes no financiamento público para a educação. A busca pela redução dos gastos públicos leva a restrições orçamentárias que afetam diretamente as escolas públicas. Isso pode resultar na falta de recursos adequados para a contratação de professores qualificados, a manutenção das infraestruturas escolares, a atualização de materiais didáticos e o desenvolvimento de

programas educacionais inovadores. A redução do financiamento público pode comprometer a qualidade do ensino e a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

4. Padronização e Foco em Resultados: A lógica neoliberal valoriza a medição quantitativa e a padronização dos resultados educacionais. Isso leva à ênfase excessiva em avaliações padronizadas e rankings, que muitas vezes não refletem de forma adequada a complexidade e a diversidade dos processos educacionais. A escola pública passa a ser pressionada a se concentrar apenas nos resultados mensuráveis, em detrimento de uma abordagem mais holística e contextualizada da educação. Isso pode levar a uma redução da criatividade, da autonomia dos professores e da capacidade de adaptar o currículo às necessidades específicas dos alunos.

Esses impactos da mercantilização da educação e da lógica neoliberal afetam a autonomia e a qualidade do ensino público, comprometendo sua função de promover uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua origem socioeconômica. É importante enfrentar esses desafios e buscar alternativas que valorizem a educação pública como um bem social e um direito fundamental, respeitando sua autonomia, promovendo a equidade e garantindo a participação da comunidade na tomada de decisões educacionais.

Nesse sentido, o sistema educacional é projetado para manter o domínio contínuo das classes dominantes sobre a classe trabalhadora, transformando-os em meros consumidores. Isso resulta em uma escola subvertida pela estrutura, que tem como objetivo fornecer indivíduos produtivos, incapazes de refletir por si mesmos, conforme aponta Medina (2000).

A escola tem desempenhado o papel desejado pelas classes dominantes, como evidenciado por Medina (2000), mantendo o controle por meio da imobilidade e conformidade social. Ou seja, segundo o autor:

No sentido oficial, digamos assim, uma de suas funções fundamentais é manter o controle social através da estabilidade e do ajustamento. [...] Isto não quer dizer que a escola seja uma instituição estática e absolutamente reprodutiva do que já existe. Ela muda e se renova constantemente à medida que as contradições sociais obrigam o rearranjo da postura ou do discurso ideológico da classe dominante. [...]. Portanto, se vivemos num sistema capitalista, dependente, altamente hierarquizado em níveis sociais, não só a escola como também o homem, o corpo, e suas manifestações culturais, serão produtos ou subprodutos das estruturas que caracterizam este sistema. (MEDINA, 2000, p. 19).

Mediante análise e interpretação bibliográfica de Moreira (2021), o autor afirmou que a globalização tem uma ligação vertical com as escolas, uma relação polarizada e complexa que são “[...] cheias de ideologias silenciadoras daqueles que não possuem o direito de fala e

contestação (o povo), mas sim, o dever de acatar e executar as vontades dos sujeitos que comandam o sistema da globalização em sua forma perversa.” (MOREIRA, 2021, p. 44).

Estas influências, de acordo com Frigotto (1989), afetam as escolas públicas por meio do Estado, não apenas no âmbito ideológico do desenvolvimento de condições gerais, mas também nas condições políticas, administrativas e técnicas. que “[...] permitem o capital “pinçar” [...] de dentro delas aqueles que, não pelas mãos, mas pela cabeça, irão cumprir as funções do capital no interior do processo produtivo. (FRIGOTTO, 1989, p. 151).” Ou seja, a exploração é politicamente legitimada, beneficiando o capitalismo.

Como resultado, cria-se uma relação unilateral e nociva. A globalização, já apontada como um sistema do capitalismo, influencia diretamente e indiretamente as falhas, deteriorações e distorções do real papel formativo da escola. Isso significa fragmentação, reducionismo e um discurso constante que nega e divulga a ideia de que a escola pública não tem capacidade de proporcionar educação de qualidade. Nesse contexto, o trabalho aqui revisado e analisado dedica-se a sugerir o merecido reconhecimento e proteção das escolas públicas, mesmo em meio aos efeitos reducionistas, desmoralizantes e desestruturantes da globalização em sua forma perversa.

Em síntese, aqueles que pensam nos movimentos da globalização têm manipulado políticas públicas e, por essa razão, posicionam as escolas públicas em condição de demérito. No entanto, esses elaboradores capitalistas sabem que, desde tempos imemoriais, a educação é a luz do conhecimento e o caminho para a emancipação. Eles também compreendem que indivíduos dotados de um saber autônomo e de uma cultura não hegemônica representam meios para romper com a estrutura perversa vigente. Portanto, é essencial destacar o valor social das escolas públicas como bens de natureza imaterial.

4. valorização e proteção da escola pública como patrimônio imaterial: Promoção de uma compreensão mais ampla e uma interpretação renovada das escolas públicas

Após percorrer esses caminhos e descaminhos, esta parte do estudo se dedica ao aprofundamento e análise da escola pública. Compreendendo-a a partir de uma linha lógica histórica e progressiva, busca-se entender seu desenvolvimento e instituição na contemporaneidade. Esse entendimento é construído por meio de uma sequência progressiva histórica, pois, ao examinar a escola pública, sua origem, natureza, características distintas e papel na sociedade, surge a primeira questão a ser respondida de forma simples: o que é uma escola?

Obviamente, há muita controvérsia entre estudiosos que se dedicam a compreender e conceituar o que é a escola, especialmente a escola pública. Portanto, não há um acordo total sobre esse assunto. No entanto, como a escola é algo tão complexo como qualquer outro sistema composto por partes igualmente complexas, é necessário, antes de tudo, buscar compreender o que é uma escola, a fim de explicitar suas funções coletivas de suma importância para a transformação social, considerando-a como um patrimônio imaterial.

Dessa maneira, dialogar sobre as acepções referentes à escola, pontuando questões relevantes para uma profunda reflexão sobre o sentido de "pública". Além disso, é importante ressaltar a incongruência da escola, um paradoxo dessa instituição que às vezes é apresentada nos trajes da fábula, com a vã promessa de ascensão social, e outras vezes é vista como um ambiente estratégico de [...] preparação para o trabalho, garantia da formação do trabalhador sob nova base técnica: automação e multifuncionalidade. [...] a escola, com função ideológica [...] (PIRES; REIS, 1999, p. 36).

A exploração sob a ótica acima indicada era imprescindível, uma vez que seria inaceitável apenas conjecturar a ideia da escola pública como possível patrimônio imaterial sem, antes, apoiar-se em teorias que embasassem as discussões sobre sua história, estruturação e instituição no contexto dos conflitos e lutas de classe que reivindicavam a superação monárquica.

No entanto, a escrita deste artigo deparou-se com um obstáculo: a escassez de literatura acadêmica que abrangesse completamente a temática proposta. Portanto, as discussões teóricas foram desenvolvidas a partir de uma abordagem crítica de teóricos que oferecem esclarecimentos sobre patrimônio imaterial, escola pública e globalização. Com base na análise dos dados, foram realizadas discussões e argumentações embasadas teoricamente. Os pontos relevantes relacionados à valorização e reconhecimento da escola pública como patrimônio imaterial, bem como os desafios enfrentados nesse contexto, foram destacados.

No que se refere a isso, de maneira cautelosa, nota-se a tentativa de não produzir verdades e conclusões prematuras, pois a ideia não era criar um conhecimento estático e absoluto, sem espaço para adições, transformações ou até mesmo refutações. O estudo sobre escola pública, e a proposição dela como um bem patrimonial imaterial, é crença que esse reconhecimento seria condição para o respeito, conservação, real investimento e resgate do sentido formativo de relevância social.

Infelizmente, ressalta-se que os primórdios da escola como algo público e de direito de todos vêm sendo subvertidos e oferecidos como uma ferramenta reprodutora da estrutura vigente, conforme aponta Xavier (2005), com o intuito de alimentar o que se tornaria a nova classe dominante, a burguesia. No que diz respeito à organização de classes e à escola pública, de acordo com Teixeira (1956), a idealização e a criação da escola nunca tiveram a verdadeira finalidade de alterar a “estratificação social”.

Cabe ressaltar que, de maneira perspicaz, a escola pública não foi apresentada como redentora de todos os males sociais. No entanto, a todo instante, ela foi colocada em um pedestal da relevância social, conforme a premissa de Freire (2000, p. 31): “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” E é nesse pensamento freiriano que as políticas públicas deveriam se apoiar, construindo pilares a partir da perspectiva de que as mudanças sociais advêm principalmente da educação.

A escola pública, em uma visão ampla e otimista da educação pública, tem o potencial de fornecer um ensino formativo para o completo desenvolvimento das capacidades intelectuais e morais dos indivíduos, indo além da mera adaptação social. Seu objetivo é educar pessoas conscientes de suas responsabilidades (MOREIRA, 2021). Nesse contexto, a escola pública tem uma responsabilidade fundamental na promoção da noção de igualdade e cidadania. Para ilustrar essa ideia, o trecho a seguir é de suma importância para o entendimento do que é a escola:

A escola é o lugar de fluxo de gerações. Os que passam por ela aprendem partes importantes do conhecimento necessário para a construção da vida de cada sujeito. Ela não é apenas um lugar de ensino ou saída de informação, mas sim, de onde são trazidas contribuições para a vida das pessoas. (MOREIRA, 2021, p. 62).

No entendimento do autor, a escola é um constante movimento dual de formação e configuração social. Em resumo, de acordo com Fowler (1996, p. 25) “As escolas refletem a sociedade e a sociedade reflete as escolas.” Além disso, Fowler também sustentou a ideia de que a escola pode ser pensada como um alicerce da cultura, na medida em que disponibiliza para as próximas gerações o conhecimento e a compreensão acumulados, a fim de preservar o estado de civilização.

Ou seja, à medida que a escola molda a sociedade, ela também é moldada pelo que a sociedade traz para dentro dela. Nesse sentido, Moreira (2021) analisou a escola em uma perspectiva dual, como um agente assimilador e transformador do ambiente, afinal, ela é

construída a partir de: “[...] das contribuições de seus alunos, professores, funcionários, objetos, documentos e registros. Preservar a escola é também preservar a memória, a identidade do bairro, da cidade, do estado, enfim, de todo o país.” (MOREIRA, 2021, p. 62).

Através dessa exposição, pode-se criar uma representação simples, pensando na escola como um círculo central, não no sentido de estar fechado, mas sim de estar em constante interação com o meio e seus componentes. Em outras palavras, a escola funciona como um fluxo dual responsivo aos estímulos das complexas esferas que compõem uma sociedade. Essas esferas incluem a cultura, a política, a economia, o meio ambiente, a tecnologia, o cotidiano, a informação, o mercado, os sujeitos, as religiões, entre outros exemplos.

Nessa perspectiva, a escola está sempre conectada com esses componentes, assemelhando-se a um conjunto de células em atividade integrada que contribui para a constituição e funcionamento social como conhecemos. Dito isso, se um componente não funciona corretamente, os demais também serão comprometidos e apresentarão falhas.

Esse ponto se torna essencial para que a escola possa ser incluída como um patrimônio quando a sociedade, especialmente a classe trabalhadora, passar a ter ciência de sua importância para a transformação social. Desse modo, a consciência e o envolvimento da sociedade são primordiais. Isto é, “[...] criar coletivamente a intencionalidade de patrimonializar este espaço. Porquanto, se não houver esta conexão, infelizmente será inexequível o reconhecimento do significado simbólico dos legados sociais, que estão de certa forma, atrelados ao espaço escolar.” (MOREIRA, 2021, p. 63).

Então, não adianta dizer que as autoridades públicas precisam ouvir mais a sociedade se esta não tem interesse em reconhecer a escola como um patrimônio. Nesse caso, envolver a comunidade nas decisões é de suma importância para efetivar o ato de preservar, pois, nessa situação, não adianta "tombar" um patrimônio material ou registrar um patrimônio imaterial se não for importante para a sociedade (FRANCO, 2015).

Felizmente, mesmo que de maneira tímida, as noções de patrimônio no Brasil, que começaram de forma restrita, foram se expandindo com o tempo devido ao Decreto 3.551/2000, que determinou que tudo aquilo que é considerado patrimônio deve ser preservado pelo Estado em qualquer uma das esferas da federação, seja pelo governo federal, estadual ou municipal. Esse decreto foi criado justamente para atender de forma mais democrática e ampla as diversas manifestações culturais.

Por força de lei, como apontou Garcia (2004), que apresentou em seu trabalho a Lei da Ação Popular 4.717, de 29/06/1965, que estabeleceu, entre várias outras coisas, o patrimônio como vários bens de uso comum do povo, direitos de valor histórico, artístico, turístico, estético e econômico, relacionados ao poder administrativo público de forma direta ou indireta.

A escola pública como um bem imaterial seria possível a partir de uma compreensão mais ampla sobre patrimônio público. Como já evidenciado no parágrafo acima, o bem público diz respeito ao conjunto de bens materiais ou imateriais não pertencentes a um indivíduo ou entidade específica, mas sim a todos, incluindo patrimônio moral, patrimônio ambiental e patrimônio cultural.

Diante disso, é por meio da admissão não apenas de algum dirigente público, mas com o envolvimento da sociedade, que se pode considerar a escola pública como um patrimônio. Sendo um bem público presente em várias regiões do país, alimentada pelas particularidades culturais de cada região, ela tem o direito de ser reconhecida, respeitada e preservada. Essa condição é fundamental para resgatar o verdadeiro papel da escola, que é oferecer uma educação de forma mais igualitária que “[...] ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança.” (FREIRE, 1986, p. 23). Uma mudança rumo à construção de uma sociedade mais democrática, sustentável e justa.

Então, é necessário, em primeiro lugar, reconhecê-la e registrá-la como patrimônio imaterial brasileiro. Conforme Moreira (2021, p. 63):

Que sejam construídas políticas de Estado que, além de prever seu reconhecimento como um bem público, seja também autônoma no sentido de não ser atrelada aos valores e parâmetros de mercado internacional, e que seja gratuita e laica. Desta forma, a escola pública como um patrimônio público pertencente a todos e vinculado ao Estado pelos rigores da lei.

Esse reconhecimento indica a possibilidade, na perspectiva deste artigo, de um amparo maior para as obrigações já existentes e respaldadas pela Constituição Federal de 1988. Nessa Constituição, é estabelecida a responsabilidade do Estado de oferecer educação pública de qualidade, laica e obrigatória.

Em resumo, a valorização e proteção da escola pública como patrimônio imaterial requerem ações abrangentes, que vão desde o reconhecimento legal até a participação da comunidade e a preservação física dos espaços. Ao fortalecer a compreensão e a interpretação da escola pública como um patrimônio cultural e histórico valioso, podemos garantir sua preservação e promover uma educação pública de qualidade para todos os cidadãos.

5. *considerações finais*

Ao longo do artigo, exploramos a relevância da escola pública como um espaço de educação de qualidade, igualdade de oportunidades e formação de cidadãos conscientes. Destacamos como a escola pública vai além de ser apenas um espaço de aprendizado, sendo um patrimônio imaterial que reflete a identidade cultural e histórica de uma comunidade.

Discutimos os desafios enfrentados pela escola pública, como a mercantilização da educação e a influência da globalização e as políticas neoliberais. Esses fenômenos afetam a autonomia e a qualidade do ensino público, comprometendo sua função social e a promoção de uma educação equitativa.

Neste estudo, diagnosticou-se que elevar a escola a ser reconhecida como patrimônio imaterial não é uma trajetória simples, e esse artigo não é suficiente para teorizar e apresentar as possíveis soluções. Porém, a complexidade do tema não culminou no abandono, mas sim no aquecimento notável do agarrar e defender o espaço público escolar que é tão desacreditado e reduzido por políticas influenciadas por agentes exógenos.

Então, numa análise da situação apresentada aqui, conclui-se que, as políticas públicas tendem a se adequar e a imitar os ideais da globalização que está repleta da lógica do mercado. Uma lógica que não se detém por questões éticas e morais, que poderia sim, ser outra globalização, humanizada e que primasse para o crescimento mais igualitário.

Porquanto, o que se tem é uma lógica que onera a escola, por sucessivas ações políticas que subvertem os bens públicos. O trabalho denuncia aqueles sujeitos que deveriam zelar pelo patrimônio coletivo, porém, esses são a contradição do que deveriam fazer, maculando a sociedade e privando as pessoas de suas principais armas: sua cultura, sua escola.

Cabe assinalar que Moreira (2021), fez reflexões e teceu críticas sobre a globalização de modo sóbrio, situando que este sistema está presente na vida dos seres humanos, no entanto, com auxílio de Santos (2001), aponta que ela poderia ser positiva. “Por uma outra globalização”, para a superação da perversidade, a fábula poderia ser um sistema que direcionaria o bem comum. Porém, a realidade abordada é o modo que infelizmente a globalização é forçada às massas, de uma forma que parece ser imperativa e incorrigível. Uma lógica cruel que atende aos interesses do capital, corroborando para a desvalorização das identidades, e não considera que a produção é coletiva que, sendo assim, todos deveriam ter acesso. O fundamento da globalização não é o de compartilhar, mas sim, o de segregar.

Ao valorizar e proteger a escola pública como patrimônio imaterial, contribuimos para a preservação de sua importância cultural e histórica. Isso fortalece a compreensão e interpretação da escola pública como um espaço educacional fundamental, além de promover uma educação pública de qualidade para todos os cidadãos.

Portanto, é crucial que governos, instituições educacionais, comunidades escolares e a sociedade como um todo reconheçam a importância da escola pública como patrimônio imaterial e trabalhem em conjunto para sua valorização, proteção e promoção. Somente assim poderemos garantir que a escola pública continue a desempenhar seu papel vital na formação de indivíduos e na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e culturalmente rica.

Referências Bibliográficas

AHLERT, Alveri. Políticas públicas e educação na construção de uma cidadania participativa no contexto do debate sobre ciência e tecnologia. *Educere – Revista da Educação*, Toledo, v. 3, n. 2, p. 129-148, 18 set. 2003.

ARANTES, Antonio Augusto. *A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil*. In: BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antônio; GOMES, Mário Hélio. (Org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 52-63.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_170_.asp Acesso em: 03 de março de 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. *Decreto nº. 3551 de 04 de agosto de 2000. Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Brasília, DF. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 04 de março de 2022.

CASTELLS, Manuel. *Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação*. IN: PEREIRA, L.C. Bresser; WILHEIM, J.; SOLA, Lourdes. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARLOT, Bernard. *Educação e globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate*. *Sísifo – Revista de Ciências da Educação*, nº 04, p. 129-136, 2007.

FOWLER, Charles B. *Strong Arts, Strong Schools: The Promising Potential and Shortsighted Disregard of the Arts in American Schooling*. New York: Oxford University Press, 1996. 238 p. ISBN 0-19-510089-1.

FRANCO, José Luiz de Andrade. *Patrimônio Cultural e Natural, direitos humanos e direitos da natureza*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra. (Org.). *Bens Culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Sesc, 2015, p. 155-184.

FREIRE, Paulo, SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Mônica Nicida, *Dicionário de Direitos Humanos*, 2004 – Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tikiindex.php?page=Patrim%C3%B4nio%20p%C3%BAb>. Acesso em: 04 de março de 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. (Org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

IPHAN. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Katál, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 03 abr. 2007.

MEDINA, João Paulo. *O brasileiro e seu corpo: educação e política do corpo*. Campinas: Papyrus, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, Diogo de Assis. *Escola pública como patrimônio imaterial* [manuscrito] / Diogo de Assis Moreira. - 2021.

Pires, Marília Freitas de Campos; Reis, José Roberto Tozoni. Globalização, neoliberalismo e universidade: algumas considerações. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. UNESP, v. 3, n. 4, p. 29-39, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/12493>. Acesso em: 03 de março de 2022.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. 6ª Edição. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2001.

TEIXEIRA, Anísio, (1956). *Educação não é Privilégio*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 26, n. 63, p. 3- 31, jul.-set.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 7 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Revista Práxis, 1, 115–117.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Para um exame das relações entre capitalismo e escola no Brasil: algumas considerações teórico-metodológicas*. Cadernos da escola pública, Brasília, 1993.